

Ministério de Minas e Energia

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: Folha de S. Paulo	2
Título: Investidor deve ter mais facilidade de negociar ações da Vale	2
Título: Pacote de concessões será anunciado e quer atrair R\$ 45 bilhões	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Fazendo dinheiro	5
VEÍCULO: Valor Econômico	5
Título: Consumo de energia	5
Título: Setor de transmissão ganha a preferência dos investidores	6
Título: Retorno alto atrai novos e antigos competidores	7
Título: Destaques	9
Título: Brametal diversifica atuação e entra no segmento de geração solar	10
Título: Consolidação na siderurgia deve ser algo pontual	11
Título: Cemig investe em nova rede elétrica e de telecomunicação	12

VEÍCULO: Folha de S. Paulo**Seção: Mercado****Autor: Danielle Brant****Título: Investidor deve ter mais facilidade de negociar ações da Vale**

A proposta de reorganização societária anunciada recentemente pela mineradora Vale vai afetar diretamente quem tem ações preferenciais da empresa –aquelas que têm prioridade para receber dividendos (parte do lucro distribuída aos acionistas).

O acordo de acionistas prevê a troca das ações preferenciais por ordinárias, com direito a voto.

As mudanças buscam adaptar a companhia às regras do Novo Mercado da Bolsa, segmento de governança corporativa mais rígida e que exige mais transparência.

Cada ação preferencial será convertida em 0,9342 ação ordinária. Um dos efeitos práticos da conversão dos papéis em ordinários é que ficará mais fácil negociar as ações.

Antes, o detentor de preferenciais só venderia suas ações para quem quisesse comprar esse tipo de papel. Com uma só ação, esse problema não existe mais.

Em relatório, a BB investimentos afirma que a mudança deve aumentar a liquidez (facilidade de negociação) das ações da Vale, além de elevar o acesso da empresa ao mercado de capitais.

"Ter uma companhia listada no maior nível de governança é importante para impulsionar a atratividade da empresa, pois equilibra os interesses dos seus stakeholders [no caso, os acionistas] e melhora sua liquidez, aumentando o apetite de investidores nos negócios da Vale", afirma em relatório a BB Investimentos.

A avaliação é a mesma de Felipe Silveira, analista da Coinvalores. "A pulverização do controle da empresa diminui a possibilidade de conflito de interesse entre os maiores acionistas e os minoritários", afirma o especialista.

Sem um bloco de controle definindo os rumos da companhia, caem os riscos de interferência política na gestão. Hoje, o governo ainda tem influência por meio

dos fundos de pensão e do BNDESPar (braço do BNDES), que também é acionista da empresa.

A conversão precisa ser aprovada por pouco mais de 54% dos donos de ações preferenciais da mineradora.

O prazo para que isso aconteça é até o fim de julho.

TRANQUILIDADE

O investidor que compra ações preferenciais da Vale de olho nos dividendos não precisa se preocupar, segundo Silveira, da Coinvalores.

A perspectiva, segundo o analista, é que a mineradora apresente resultados melhores com a diluição do comando, o que pode se refletir em lucros maiores e em maior valor distribuído aos acionistas.

E a expectativa é que esse resultado impulsione ainda mais as ações da mineradora. Um primeiro sinal disso foi observado no mesmo dia em que as mudanças foram anunciadas: os papéis subiram mais de 6%.

Com isso, ampliaram os ganhos obtidos no ano por causa da recuperação dos preços do minério de ferro.

Neste ano, as ações preferenciais da Vale sobem 30%, e as ordinárias, 23,9%.

Silveira diz que há espaço para ganho de escala, pois a mineradora ainda está com um valor abaixo do observado em concorrentes do setor.

"Ainda há uma questão de governança e falta de transparência que faz com que a Vale tenha um 'desconto' na avaliação dos investidores."

"Há um potencial de ganho de rentabilidade grande, mesmo que o patamar do minério não se sustente nos preços de hoje", acrescenta.

AÇÕES DA VALE

O que muda

Cada ação preferencial será convertida em 0,9342 ação ordinária

Como é hoje

Empresa é comandada pela holding Valepar, empresa detida por Bradesco e por fundos de pensão estatais

Como vai ficar

Pelo acordo, um investidor só poderá ter 25% do capital da Vale

Na Bolsa

54% é quanto sobem os papéis da Bradespar, acionista da Vale, no ano

30% é a valorização das ações preferenciais da Vale no ano

23,9% é a alta das ações ordinárias em 2017

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Dimmi Amora

Título: Pacote de concessões será anunciado e quer atrair R\$ 45 bilhões

Contêineres no cais do porto de Santos, em São Paulo; local receberá investimentos.

Contrato do Porto de Santos é um dos que entrarão na lista de prorrogação do governo.

Um novo pacote de concessões de infraestrutura será anunciado pelo governo nesta terça-feira (7), incluindo licitações de terminais portuários, linhas de transmissão, ferrovias e uma rodovia, com investimentos estimados superiores a R\$ 45 bilhões.

Também serão confirmadas datas de início de licitação de duas ferrovias que fizeram parte do primeiro pacote de concessões, lançado pelo presidente Michel Temer em setembro de 2016.

No setor ferroviário, o governo vai ampliar ainda o número de concessões que vão a análise para serem renovadas antecipadamente.

Os valores estimados em investimentos no setor superam os R\$ 30 bilhões.

Serão aprovados os leilões de pelo menos 34 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica, que somam investimentos de R\$ 12,8 bilhões. O leilão ocorrerá ainda este ano. Há também previsão de uma nova rodada de campos de petróleo.

Outro projeto que vai entrar na pauta do PPI (Programa de Parceria em Investimentos) –o que confere a ele prioridade nas análises por todos os órgãos do governo– é o da concessão da BR-101 em Santa Catarina. (...)

NOVO PACOTE DE INFRAESTRUTURA

O que vai ser lançado?

—Licitações de terminais portuários, linhas de transmissão e uma rodovia, com investimentos estimados em mais de R\$ 15 bilhões

—Projetos entram na lista do PPI (Programa de Parceria em Investimentos), o que confere a ele prioridade nas análises por todos os órgãos do governo

O que será incluído?

—Leilão de 34 lotes de linhas de transmissão de energia elétrica

—Nova rodada de leilões de campos de petróleo

—Concessão da rodovia BR-101 em Santa Catarina

—Concessões de novas áreas nos portos de Santana (PA), Itaqui (MA) e Paranaguá (PR)

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia / Colunas

Autor: Andreza Matais, Marcelo de Moraes

Título: Fazendo dinheiro

». A parceria da Petrobrás com a francesa Total vai garantir para a petroleira mais do que os R\$ 2,2 bilhões anunciados. Em comunicado interno, Pedro Parente diz que o acordo de tecnologia também pode render outros R\$ 500 milhões.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor:

Título: Consumo de energia

O Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) ampliou a previsão de consumo de energia do país em março, de 67.971 megawatts (MW) médios para 68.517 MW médios. Com isso, a estimativa de crescimento do consumo em relação a março de 2016 passou de 1,1% para 1,9%. Em relatório divulgado sexta-feira, o

órgão manteve a previsão de volume de chuvas para o subsistema Sudeste/Centro-Oeste, o principal do país, em março para 81% da média histórica para o período. Com uma expectativa de consumo maior e de manutenção do volume de chuvas, o ONS reduziu a previsão de armazenamento nos reservatórios hidrelétricos do subsistema, de 46,1% para 45,9% da capacidade no fim de março, penúltimo mês do período chuvoso.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Setor de transmissão ganha a preferência dos investidores

O setor de transmissão de energia brasileiro, que durante anos, viveu uma escassez de recursos, é o novo alvo preferido de investidores dos mais variados países e segmentos de atuação com foco em infraestrutura. Se, no passado, a Eletrobras dominava os leilões de transmissão com as chamadas "taxas patrióticas de retorno", o cenário mudou completamente. A estatal, que tenta reduzir seu endividamento, sumiu dos certames, assim como as espanholas Abengoa e Isolux, que também enfrentam crises. Aproveitando esse vácuo, entraram no setor fundos de investimento, gestoras, construtoras e empresas de geração e distribuição de energia, atraídas pelas elevadas taxas de retorno pagas nos projetos.

Apenas no ano passado ganharam presença forte nesse setor as gestoras Brookfield e Pátria, as empresas de energia Equatorial e EDP Energias do Brasil, além do BTG Pactual. Para os próximos certames, são esperados investidores de países como Inglaterra, Japão, Índia, Itália e China, além de outras empresas tradicionais de energia, como a Engie e a Neoenergia. A tendência para o próximo leilão de transmissão, segundo o Valor apurou com diversos investidores e especialistas, é que o forte interesse seja mantido. Há, inclusive, quem arrisque que o certame, que pretende contratar R\$ 12 bilhões em investimentos, terá mais competição que o anterior, realizado em outubro - quando foram contratados R\$ 11,6 bilhões em investimentos. Em estudo obtido com exclusividade pelo Valor, a consultoria americana L.E.K. destaca que o setor de transmissão vai precisar do valor nada modesto de R\$ 70 bilhões em investimentos nos próximos três anos. Para garantir os contratos e resolver de vez o problema dos gargalos de transmissão do país, as taxas de retorno continuarão elevadas, atraindo cada vez mais investidores. É o caso da canadense Brookfield, que já tem, em seu portfólio, 4,2 quilômetros de linhas de transmissão em construção, que exigirão cerca de R\$ 9 bilhões em investimentos até 2022, quando entrarão em operação. O Pátria também deu um grande passo nesse mercado. A gestora de private equity saiu do leilão de transmissão de abril do ano passado com o maior lote oferecido, com receita anual permitida (RAP)

de R\$ 405 milhões. O investimento previsto é de R\$ 2,5 bilhões, sendo que a gestora vai aportar R\$ 1,250 bilhão de recursos próprios - em evidência do seu compromisso com o segmento. Segundo fonte próxima da situação, esse é o maior investimento individual que a Pátria realizou em um setor. A relação entre RAP dos ativos e investimento necessário saiu de um patamar de 10% para 20% nos leilões recentes. No leilão de outubro, a Pátria foi discreto, arrematando apenas um lote pequeno com RAP de cerca de R\$ 40 milhões e investimento de R\$ 211 milhões. Como a competição foi mais acirrada, com disputa entre mais de um interessado por alguns lotes, a opção foi por cautela. "O Brasil precisa dessa infraestrutura e o governo começou a tomar medidas que achamos que vão ajudar a aumentar a rentabilidade dos projetos e o retorno dos acionistas", disse, ao Valor, Paulo Vador, um dos sócios da L.E.K. que assinou o estudo sobre transmissão, junto de Fábio Zaffalon. Segundo Vador, além de empresas financeiras, o cenário também é favorável para os investidores estrangeiros, pois grande parte dos grupos brasileiros com capacidade de competir nos leilões passa por situação financeira complexa - o caso das estatais do setor elétrico, por exemplo. "Além disso, o BNDES, que era tradicional financiador, está reduzindo o volume de crédito para o segmento. Fica mais caro para os investidores locais participarem. Isso cria um cenário ainda mais favorável para investidores externos", afirmou. Os cálculos da L.E.K. apontam que será necessário crescimento de 68% nas linhas de transmissão no país até 2024 em comparação com os níveis de 2014, ou 85 mil quilômetros. Ao mesmo tempo, a relação entre RAP dos ativos e investimento necessário saiu de um patamar de 10% para 20% nos leilões mais recentes, ajudando a atrair novos investidores. Há ainda espaço para que os empreendedores melhorem as taxas de retorno, dependendo da capacidade de implementarem os projetos com maior eficiência. "A competição pode vir, mas, ao mesmo tempo, os parâmetros de cálculo da receita continuam subindo. Apesar dessa competição mais agressiva, ela vai ser mais 'racional', e com retornos maiores, no mínimo iguais aos do leilão passado", afirmou Zaffalon. Na opinião de Vador, investidores com perfis bastante diferentes têm demonstrado interesse em transmissão no Brasil, como produtores de equipamentos que podem participar com capital e investidores financeiros que têm interesse em menor risco. "Um perfil que também tem sido recorrente são as joint ventures. Temos visto alguns 'players' com presença no Brasil em geração se aliando com investidores estrangeiros ou fundos de infraestrutura para investir em transmissão", disse Zaffalon.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Camila Maia e Rodrigo Polito

Título: Retorno alto atrai novos e antigos competidores

As mudanças no cenário de transmissão de energia ajudaram a atrair também empresas que haviam deixado o setor ou paralisado investimentos, como a Cteep, que participou em outubro do seu primeiro leilão desde 2011. Outro caso emblemático é a gigante italiana de transmissão Terna, que tinha deixado o Brasil em 2009, quando vendeu a Terna Participações (atual Taesa) ao FIP Coliseu e à Light, e está de volta ao país. A companhia anunciou em fevereiro a aquisição de dois projetos de transmissão no Brasil da Planova, empresa brasileira que atua em obras de infraestrutura, por US\$ 180 milhões.

Os projetos, um de 158 km no Rio Grande do Sul e outro de 350 km em Mato Grosso, têm contrato de concessão com duração de 30 anos. As linhas deverão entrar em operação em 2019. Segundo a Terna, o acordo com a Planova se enquadra no contexto estratégico de encontrar oportunidades fora da Itália em redes de transmissão elétrica e infraestrutura. No seu plano estratégico para o período de 2017 a 2021, a companhia italiana prevê € 250 milhões em investimentos fora da Itália, com destaque para Brasil e Uruguai. "Os principais 'drivers' de seleção da estratégia internacional da Terna são, em resumo, países com condições regulatórias e macroeconômicas favoráveis, que exigem reforços e expansões de rede e garantem um perfil de baixo risco e valorização do papel industrial da Terna. Possíveis alvos são países da América Latina e o Brasil, que, com sua estabilidade regulatória e graças ao seu clima de negócios positivo, é uma oportunidade", disse, em nota, a Terna. Embora ainda existam oportunidades de ativos de transmissão à venda, sem o risco de construção, a maior parte dos agentes prefere investir em novos projetos, que oferecem as melhores taxas de retorno diante dos investimentos exigidos. A oportunidade tem atraído também empresas tradicionais do setor elétrico que não atuavam em transmissão tradicionalmente. Em outubro, a grande surpresa foi a Equatorial, que ficou com sete lotes, somando R\$ 4 bilhões em investimentos. Além disso, a companhia está negociando, numa parceria com o BTG Pactual - outro investidor que começou a aparecer nos leilões de transmissão -, adquirir os ativos operacionais da Abengoa, além de duas linhas em construção da espanhola, que está em recuperação judicial. O leilão de outubro também marcou a estreia da EDP Energias do Brasil no segmento, mas de forma mais tímida, com apenas um lote de receita de R\$ 21,8 milhões. Recentemente, o presidente da companhia, Miguel Setas, disse esperar ter na próxima disputa uma "participação superior" a do leilão anterior. A Engie Brasil Energia (antiga Tractebel) é outra companhia do setor elétrico que avalia entrar no segmento de transmissão. "Estamos avaliando as parcerias e os fornecedores e nos preparando para o próximo leilão, que deve ocorrer em abril ou maio. Os leilões de linhas de transmissão estão totalmente alinhados com a estratégia da Engie de estar contratada no longo prazo, e ter estabilidade na lucratividade", disse Eduardo Sattamini, presidente da companhia. O que atraiu a Engie foi justamente a expectativa de retornos compatíveis com o risco dos investimentos. "Ressalto ainda que a Engie tem experiência em linhas de transmissão, pois temos

cerca de 600 km de linhas dedicadas às usinas; temos familiaridade com as autoridades do setor, como ONS, MME e Aneel, além de termos acesso a crédito competitivo, o que nos coloca em boa posição para ter sucesso nos certames", disse Sattamini. A Neoenergia também avalia que o segmento é interessante, mas não deve participar do próximo certame. "É uma área interessante. Continuamos olhando projetos de 'greenfield', que é onde podemos mesmo agregar valor, projetos mais longos [de mais longo prazo]. Transmissão se tornou um negócio mais plausível diante do que está posto", disse Solange Ribeiro, presidente da companhia. Ainda não há data para o próximo leilão, mas a disputa deve acontecer ainda no primeiro semestre. A diretoria da Aneel deve deliberar sobre a questão na reunião de amanhã.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor:

Título: Destaques

Redução de capital da Musa

A Usiminas confirmou aprovação da redução de capital social da Mineração Usiminas (Musa) em R\$ 1 bilhão, por unanimidade de votos dos acionistas. A informação havia sido antecipada pelo Valor PRO, serviço de informações em tempo real do Valor, com base em fontes. Com a decisão, a Usiminas deve receber R\$ 700 milhões, e a Sumitomo, sua sócia na Musa, os R\$ 300 milhões restantes. O recebimento desse valor era condição exigida pelos credores na reestruturação da dívida da Usiminas. A companhia tinha até o fim de junho para conseguir os recursos, ou quebraria um "covenant" do acordo - uma cláusula restritiva que, quando descumprida, pode gerar o vencimento antecipado das obrigações. Segundo fontes, o presidente da Usiminas, Rômelo Erwin de Souza, viajou ao Japão durante o feriado de Carnaval para acertar os últimos pontos com a Sumitomo. Na última tentativa pública, o grupo japonês havia negado a redução de capital.

OMV na Rússia

A petrolífera austríaca OMV fechou um acordo ontem com a alemã Uniper SE para a aquisição de participação que a empresa possui em duas companhias russas, a OJSC Severneftegazprom e a JSC Gazprom YRGM Development, por US\$ 1,85 bilhão. Com a transação, a OMV terá 24,99% de participação na produção do campo russo de Yuzhno, no oeste da Sibéria, um dos maiores campos de gás da Rússia. O negócio já foi aprovado pelo conselho de supervisão da OMV. A transação ainda está sujeita à aprovação dos órgãos antitruste. A participação da OMV nas reservas durante o tempo de licença, que termina em 2043, alcança

aproximadamente 580 milhões de barris de petróleo equivalentes. Diariamente, a participação na produção que cabe à austríaca será de 100 mil barris equivalentes. A transação tem efeito retroativo a 1º de janeiro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Brametal diversifica atuação e entra no segmento de geração solar

Maior fabricante de torres para linhas de transmissão do Brasil, a Brametal planeja entrar na cadeia de geração de energia solar. A companhia firmou parceria com a Araxá Solar para fornecer equipamentos para usinas solares de grande porte. A empresa espera que a medida contribua para um aumento de 10% a 15% do faturamento em 2018. Para este ano, a expectativa é que o faturamento bruto fique em linha com 2016, de cerca de R\$ 470 milhões. A parceria com a Araxá consiste no desenho e fabricação de trackers para grandes usinas solares. O tracker é uma estrutura metálica inteligente que suporta o painel fotovoltaico e que o direciona de acordo com a posição do sol, ampliando a capacidade de produção de energia da usina.

"Em vez de fazermos acordo de transferência de tecnologia, resolvemos desenvolver uma solução própria", afirma Ricardo Brandão, diretor da Brametal. Ele ressalta que a solução desenvolvida em parceria com a Araxá Solar tem um diferencial importante, por ser 100% nacional, o que a enquadra na linha Finame (para financiamento de máquinas e equipamentos) do BNDES. Os suportes chegam a representar até 15% do custo total da usina solar. Segundo o presidente da Araxá Solar, Rodolfo Pinto, os suportes desenvolvidos pelas duas empresas serão customizados às necessidades dos geradores. Além de implantação de soluções turn-key (em que o fornecedor entrega o projeto concluído, pronto para ser operado), a Araxá realiza estudos e consultorias especializadas, tanto para a viabilidade e estruturação dos projetos como para o desenvolvimento de projetos básico e executivo e engenharia do proprietário. Com relação à área de transmissão de energia, carro-chefe da Brametal e que responde por 90% do faturamento da companhia, Brandão prevê uma melhora do segmento nos próximos anos, fruto do aumento da atratividade dos leilões de transmissão, da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). "Temos uma nova perspectiva para o setor, com novos competidores, empresas do exterior voltando. Penso que para os próximos três anos o mercado de concessão de linhas de transmissão vai voltar a ser o que era, sempre muito competitivo", afirmou o executivo. Empresa de origem catarinense e que possui unidade fabril no Espírito Santo, a Brametal é responsável pelo fornecimento de 60% das torres utilizadas no primeiro linhão que ligará a hidrelétrica de Belo Monte ao Sudeste, de mais de 2 mil km de extensão, entre outros empreendimentos.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Renato Rostás****Título: Consolidação na siderurgia deve ser algo pontual**

A crise global do aço, seus efeitos no mercado interno e a fraca demanda no Brasil em decorrência da recessão econômica finalmente inauguraram um capítulo de consolidação mais aparente na siderurgia nacional. A primeira grande transação do setor, a união dos ativos de aços longos de Votorantim e ArcelorMittal, foi acertada no fim do mês passado. Para fontes, é possível que mais operações sejam realizadas, mas pontualmente. Segundo um especialista do setor, que não quis se identificar, é no segmento de longos que reside o maior potencial de fusões e aquisições, como foi o caso com Arcelor e Votorantim. Entre as fabricantes de planos, o mercado já está bem delimitado, com Usiminas na liderança, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em segundo lugar e a própria Arcelor em terceiro.

"No caso da Usiminas, não há caixa disponível nem entendimento dos controladores para realizar uma operação do tipo", aposta a fonte. "A CSN já sofreu um revés no Cade [Conselho Administrativo de Defesa da Concorrência] quando quis fazer parte do capital da Usiminas e Tubarão [unidade da ArcelorMittal] não precisa da consolidação, é uma das usinas mais rentáveis do país. "Fusões e aquisições geralmente se tornam mais frequentes e necessárias dentro de um mercado deprimido. No ano passado, o consumo aparente de produtos siderúrgicos, um indicador do Instituto Aço Brasil que agrega tanto produtos nacionais quanto importados, caiu 14,4%, para 18,2 milhões de toneladas, depois de já ter recuado 16,7% em 2015. Já são três anos consecutivos de retração, caindo 35% ante o pico observado em 2013. Mas, em vez de consolidação, o que se viu foi um setor mais fragmentado. Desde essa máxima de demanda por aço no país, a capacidade instalada cresceu em cerca de 4 milhões de toneladas, principalmente com a entrada em operação da fabricante de placas Companhia Siderúrgica do Pecém (CSP) - que destina a maioria de sua produção ao exterior -, mas também com usinas menores, como da mexicana Simec; a Aço Verde do Brasil (AVB), do grupo Ferroeste; e a Siderúrgica Latino-americana (Silat), da espanhola Hierros Añon. Para o especialista consultado pelo Valor, é aí que aparece a maior chance de consolidação. Simec, AVB e Silat estão envolvidas na produção de aços longos e, segundo ele, "têm rentabilidade muito baixa no mercado atual". "O que eu vejo é um potencial de consolidação dos entrantes menores, que sofrem muito em um mercado que esperavam estar muito melhor atualmente quando investiram lá atrás", disse. "Precisarão até se mexer para conseguir alcançar a nova Arcelor/Votorantim. "Segundo a consultoria Dealogic, somando-se siderurgia e metais, foram movimentados apenas US\$ 350 milhões no Brasil em 2016, 68,5% a menos do que em 2015.

Foram 15 negócios no total, contra 14 no ano anterior. Só no primeiro semestre de 2017 até agora, o valor soma US\$ 1,58 bilhão, com a compra da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA), da Thyssenkrupp, pela ítalo-argentina Ternium. Desde que se intensificou a crise no mercado interno, em 2014, foram US\$ 3,04 bilhões em fusões e aquisições, contra US\$ 20 bilhões na União Europeia. André Gerdau Johannpeter, presidente da siderúrgica gaúcha que leva o nome de sua família, lembrou a jornalistas na semana passada que o movimento de consolidação é um fenômeno global para o setor. Mas para ele, na China é que está o maior foco nesse sentido, sendo que no Brasil o ritmo ainda segue lento. No início do ano, antes dos negócios de Arcelor/Votorantim e Ternium/CSA, François Santos, sócio da consultoria A.T. Kearney no Brasil, disse ao Valor que hoje a siderurgia é menos visada em movimentos de consolidação porque não é mais tão considerada estratégica. A Inglaterra, por exemplo, desistiu de aço bruto e vai focar apenas em aços especiais. Excetuando-se China e Estados Unidos - este último com expectativa positiva por conta da postura protecionista do presidente Donald Trump -, o foco mudou para maior valor agregado. Essa menor importância foi observada mesmo nos EUA pré-Trump. No ranking de setores mais movimentados em fusões e aquisições, a produção de aço ficou em média abaixo do décimo lugar durante os últimos dois anos, mostra levantamento da firma de inteligência FactSet. Mesmo assim, percebe-se aumento no número de operações em 2016 sobre 2015, em 32% para 33 no total. O valor das transações, ao mesmo tempo, denuncia a relevância menor: queda de 6,5%, para US\$ 1,3 bilhão. A conta desconsidera o ponto fora da curva de quando Warren Buffett pagou US\$ 35,58 bilhões pela Precision Castparts - fabricante de produtos siderúrgicos, não aço bruto ou laminados. O mundo dispõe de capacidade em excesso em cerca de 800 milhões de toneladas atualmente, a maioria advinda da China. Por lá, o governo decidiu reduzir o parque em 150 milhões de toneladas até 2020 e está patrocinando a união de Baosteel e Wuhan Iron & Steel, o que formará uma siderúrgica capaz de concorrer de perto com a ArcelorMittal, líder mundial. "Não fizemos nada para resolver o excesso de capacidade em 2016", cravou em janeiro ao Valor o especialista em siderurgia John Lichtenstein, da consultoria Accenture. "Mas eu vejo a aparente intensificação dos esforços e da atenção dos chineses sobre a questão como muito boa", completou.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Cemig investe em nova rede elétrica e de telecomunicação

Nascimento, da Cemig: Custo 15% maior se paga ao longo da operação. A Cemig está investindo em uma nova rede de transmissão simultânea de energia elétrica e dados em banda larga, por meio de cabos condutores especiais que utilizam fibra óptica em seu interior. Um projeto piloto foi instalado no último mês na rede

elétrica da universidade corporativa da empresa, em Sete Lagoas, região metropolitana de Belo Horizonte (MG). A tecnologia tem potencial para melhorar a qualidade do serviço e reduzir gastos operacionais das distribuidoras de energia, aumentar a segurança do sistema elétrico e expandir a banda larga de comunicação de dados no país. A forma tradicional de compartilhamento das redes elétrica e de telecomunicações se dá na utilização do mesmo poste nas ruas, porém em cabos separados, o que aumenta a ocupação da rede área, a poluição visual e o risco de acidentes. Com recurso mais sofisticado, alguns projetos usam cabos de fibra óptica (feitos a partir de vidro ou plástico) ao lado de cabos de energia, mas esse desenho gera risco de curto-circuito.

O diferencial da pesquisa da Cemig está na concepção do projeto, que coloca o cabo de fibra óptica dentro do cabo condutor de energia, podendo ser instalado em redes de alta tensão. O projeto tem parceria com o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (CPqD), instituição independente de inovação. "Observamos que, se tivéssemos a fibra óptica integrada em conjunto com o campo condutor, isso daria uma vantagem fantástica para a empresa de energia, que precisa criar suas redes de smart grid [redes inteligentes], e para a empresa de telecomunicação, que precisa expandir sua banda larga em uma velocidade bem maior do que é feito hoje", diz Carlos Nascimento, engenheiro responsável pelo projeto na Cemig. Para Cláudio Hortêncio, pesquisador de telecomunicações do CPqD, o maior benefício da tecnologia é permitir que a distribuidora explore da melhor forma possível o conceito de smart grid. "O norteador principal da tecnologia é ter a distribuidora pronta e capacitada para esse novo contexto, para essas novas redes do futuro. "De acordo com Hortêncio, projeto parecido está sendo desenvolvido na China. Lá, porém, o cabo de fibra óptica é colado ao de energia, e não inserido em seu interior. O projeto chinês também tem finalidade diferente, pois é desenvolvido em âmbito governamental e focado principalmente em telecomunicações. A pesquisa da Cemig tem viés comercial, além de englobar benefícios para o sistema elétrico. Outro fator interessante é que o projeto é totalmente nacional. A Cemig Telecom (braço da empresa em telecomunicações) forneceu o apoio industrial e a Furukawa fabricou o cabo condutor especial. Os isoladores - espécie de mola que isola o cabo condutor (para evitar descarga elétrica) e que serve de suporte e fixação do cabo no poste - foram feitos pela brasileira Balestro. E a Workeletro ficou responsável pelos conectores - que fazem a ligação e a derivação dos cabos condutores. O projeto, de cerca de R\$ 2 milhões, é bancado pela Cemig, com recursos do programa de pesquisa e desenvolvimento - em que as elétricas são obrigadas a destinar 1% da receita líquida para atividades de inovação -, e pela Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (Fapemig). Até hoje, a Cemig já investiu R\$ 12 milhões em pesquisa de tecnologia óptica. Após a instalação do projeto piloto em uma rede de cerca de 1,5 quilômetro, os pesquisadores farão testes durante um ano. Em caso de sucesso, o próximo passo será a realização de uma "cabeça de série", em que a tecnologia pode ser instalada em um bairro. Em

seguida, o último passo antes da escala industrial será a fabricação de um "lote pioneiro", que consiste na instalação da tecnologia em área com abrangência maior que 1% da base de clientes da empresa. Segundo Nascimento, a expectativa é que a nova rede tenha um custo 15% superior à convencional. O engenheiro, porém, explica que esse valor se paga ao longo dos anos de operação da rede. Uma das vantagens da nova rede é permitir que a distribuidora detecte rapidamente as falhas, possibilitando a recuperação do sistema de forma mais ágil. "No caso de uma perda de energia, vamos perceber, praticamente na velocidade da luz, onde está o ponto de falha e mandar uma equipe para aquela posição, com certeza de forma muito mais rápida do que é feito hoje", diz Nascimento. O gerente de desenvolvimento de dispositivos e sensores do CPqD, Marcos Sanches, também destaca potenciais ganhos ambientais e de inclusão digital da medida. "Você tem menos exposição ambiental, poluição visual e, aproveitando que a penetração da rede elétrica no Brasil é muito grande, você pode levar rede de dados para onde há necessidade". Colaborou Heloisa Magalhães)

MME / ASCOM .